



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

PUBLICAÇÃO
QUINZENÁRIO OFICIAL DE CABEDELLO

(Lei nº 974 de 16/11/1999)
Câmara Municipal de Cabedelo/PB
De 16 a 30/06/2010

Seis Ponteiros

VISTO

Lei nº 1.496

De 29 de Junho de 2010.

Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de serviços de acondicionamento ou embalagem das compras em estabelecimentos comerciais autodenominados de supermercados e /ou similares, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO (PB):

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Ficam os estabelecimentos comerciais autodenominados de supermercados, hipermercados ou similares obrigados a prestar serviços de acondicionamento ou embalagem dos produtos adquiridos por seus clientes.

§ 1º Para efeitos desta Lei, entende-se por serviços de acondicionamento ou embalagem o empacotamento ou a colocação em sacolas dos produtos ali adquiridos, por pessoas contratadas para este fim pelos referidos estabelecimentos.

§ 2º O material utilizado na execução de tal serviço atenderá às normas de higiene e será fornecido gratuitamente, de acordo com as determinações legais.

Art 2º O acondicionamento será realizado por funcionários designados para trabalhar junto aos caixas em número suficiente para garantir ao consumidor um atendimento rápido e com qualidade.

Art 3º Os estabelecimentos a que se destina esta Lei deverão afixar, em locais visíveis, no seu interior, cartazes informando aos clientes sobre a obrigatoriedade da prestação daqueles serviços.

Art 4º Os supermercados e demais estabelecimentos similares que não cumprirem as determinações desta Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação, ficarão sujeitos às seguintes penalidades:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

II – multa de 500 (quinhentos) UFIR's, quando da segunda ocorrência;

III – cancelamento do alvará de funcionamento, quando da terceira.

Art 5º As associações de moradores e outras entidades de representação da comunidade poderão solicitar ao PROCON Municipal a realização de vistorias conjuntas em estabelecimentos para verificar o cumprimento desta Lei Municipal.

Art 6º É de competência do PROCON Municipal organizar vistorias solicitadas.

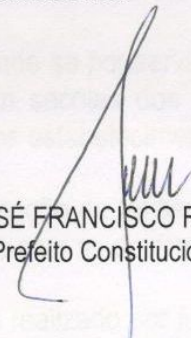
Paragrafo único. O prazo para a realização da vistoria é de, no máximo 5 (cinco) dias úteis.

Art 7º As denúncias apresentadas pelos consumidores deverão ser apreciadas pelo PROCON Municipal no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Art 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Cabedelo (PB), aos 29 de Junho de 2010. 188º da independência, 121º da Republica e 54º da Emancipação Política Cabedelense.


JOSÉ FRANCISCO RÉGIS
Prefeito Constitucional